

A propina do interino

Posou na 3ª Vara de Família de São Paulo, em agosto de 1999, um processo de separação que pode, 17 anos depois, virar nitroglicerina para um figurão que subiu na vida. Como noticiou o blog *Conversa Afiada*, de Paulo Henrique Amorim, e confirmou, com documentos, o jornalista Luis Nassif, a ação de Erika Santos contra Marcelo de Azevedo, presidente da Companhia Docas de São Paulo, citava que o ex-marido administrava recursos desviados em contratos de licitações e concessões – e que o beneficiado nas propinas, com a parte do Leão, era o padrinho político de Azevedo, o então deputado e hoje presidente interino Michel Temer. Só numa operação, em 1999, o padrinho teria embolsado 600 mil reais da época. A despeito da farta documentação, o Supremo Tribunal, a pedido do então procurador-geral Rodrigo Gurgel, mandou arquivar o processo.

Justiça/ Paulo Bernardo está livre

Discípulo da “musa do impeachment” é desautorizado pelo STF



Preso em meio à Operação Custo Brasil, o ex-ministro Paulo Bernardo foi solto na noite da quarta-feira 29, após passar seis dias na carceragem da Polícia Federal em São Paulo. Dias Toffoli, ministro do Supremo Tribunal Federal, determinou a libertação do petista. Segundo Toffoli, não havia elementos no processo que justificassem a manutenção da prisão preventiva. Orientado em sua tese de doutorado por Janaína Paschoal, a “musa do

impeachment”, o juiz federal Paulo Bueno de Azevedo, responsável por decretar a prisão de Bernardo, disse discordar da decisão de Toffoli, mas acatou a determinação do ministro.

Desdobramento da 18ª fase da Operação Lava Jato, a Custo Brasil investiga o desvio de 100 milhões de reais em contratos entre a empresa de tecnologia Consist, que gerencia créditos consignados. Ao deixar a prisão, o petista disse sentir-se constrangido. “Sou inocente, isso vai ficar demonstrado.”

Fator Delta/ A VEZ DOS SAQUEADORES

NOVA PRISÃO DE CACHOEIRA PUXA O FIO DA CORRUPÇÃO NO PAN

O Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra o empresário Fernando Cavendish, dono da construtora Delta, e outros 22 acusados de participação em um esquema de lavagem envolvendo verbas públicas federais. Entre os alvos da Operação Saqueador, deflagrada pela Polícia Federal na manhã da quinta-feira 30, estão executivos, diretores e conselheiros da empreiteira, além de proprietários e contadores de empresas

fantasmas, criadas por Carlinhos Cachoeira, Adir Assad e Marcelo Abbud.

Os investigadores apontam irregularidades em obras do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e na construção do Parque Aquático Maria Lenk, obra realizada para os Jogos Pan-Americanos de 2007. De 2007 a 2012, a Delta teve 96,3% do seu faturamento oriundo de verbas públicas, chegando ao montante de

quase 11 bilhões de reais. Desse total, mais de 370 milhões foram lavados, por meio de pagamento ilícito a 18 empresas de fachada, criadas pelos “operadores” do esquema, entre eles Cachoeira, preso em Goiânia.

Também foi expedido um mandado de prisão contra Cavendish, que embarcou para a Europa em 22 de junho. Até o fechamento desta edição, ele não havia sido localizado. A PF considerava acionar a Interpol na busca.



Cachoeira: das empresas fantasmas à dura realidade da PF

A Semana



O falastrão processado

O deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) corre risco de mais uma vez pagar pela língua. Uma semana depois de ter virado réu no Supremo Tribunal Federal por apologia do estupro, o Conselho de Ética da Câmara decidiu aceitar a representação do Partido Verde e instaurar processo disciplinar contra o fanfarrão por "apologia do crime de tortura". A ação refere-se ao espetáculo circense de 17 de abril, quando Bolsonaro dedicou o sim ao *impeachment* "à memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff". De fato, Ustra foi reconhecido pela Justiça como algoz covarde de dezenas de militantes que, a exemplo de Dilma, resistiram à ditadura de 1964. Bolsonaro defende-se dizendo que o tributo ao torturador é simples opinião, protegida pelo mandato parlamentar.

Complô/ Cunha é quem manda

Ameaçado, ele vai na calada da noite pedir ajuda ao presidente interino para salvar sua pele



Ele se esgueirou até o Jaburu para cobrar a conta do golpe

Acuado por uma saraivada de acusações de corrupção, propinas, contas não declaradas no exterior e lavagem de dinheiro, Eduardo Cunha, presidente afastado da Câmara dos Deputados por decisão do Supremo Tribunal Federal, continua exercendo o direito de mostrar quem manda de fato no governo interino do PMDB. Na calada da noite de domingo 26, ele dirigiu-se ao Palácio do Jaburu, em Brasília, para confabular com o presidente interino, Michel Temer. Um "encontro fora da agenda",

reconheceram os conspiradores notívagos.

Se Michel Temer está hoje no limbo transitório que pretende transformar em posição permanente, foi graças ao golpe parlamentar que Eduardo Cunha desencadeou. A articulação em curso visa obrigar a Presidência ilegítima a pagar o resgate: botar pressão para que o próximo presidente da Câmara seja um aliado de Eduardo Cunha. Só assim Cunha poderia assegurar um SOS para o seu ameaçado mandato. Esta é a terceira vez que a dupla se reúne desde a aceitação do *impeachment* de Dilma Rousseff.

Guarulhos/ NAMORO ESTRANHO

O PARTIDO DE MARINA ALIA-SE A FASCISTAS E HOMOFÓBICOS

A "nova política" anunciada pelo ex-senadora Marina Silva está namorando com o que há de mais nefando na velha política. O flerte atual está marcado para Guarulhos, na Grande São Paulo, onde a Rede Sustentabilidade decidiu se aliar, na campanha para a prefeitura, ao PSC dos notórios Silas Malafaia, Jair Bolsonaro e Marcos Feliciano.

À rebelião ensaiada esta semana por setores jovens do partido de Marina Silva, indignados com o conluio com "representações da extre-

na-direita fascista, xenófoba, homofóbica, racista e misógina", a liderança da Rede responde por ora com evasivas. O partido só vai se pronunciar depois da convenção nacional de julho.

Em Guarulhos, o candidato da esdrúxula coligação deve ser Gustavo Gutí, do PSB, legenda que surgiu no cenário nacional em 1947 e pela qual Marina Silva, autoproclamando-se a exterminadora das oligarquias do passado, disputou, em 2014, a eleição presidencial.



Aberta a qualquer negócio



O atentado foi um efeito colateral da política externa



Coração vulnerável

Em mais um revés preocupante para o sistema bancário europeu, o Banco Central dos EUA reprovou novamente as subsidiárias estadunidenses de duas de suas maiores instituições, o Deutsche Bank e o Santander, em um "teste de estresse" por deficiências no planejamento de capital e gestão de risco, apontadas anteriormente e não corrigidas. Ficaram proibidos de distribuir capital aos acionistas, recomprar ações ou aumentar a remuneração de seus executivos. Outros 33 bancos "grandes demais para falir" foram considerados capazes de resistir a uma crise que gerasse 10% de desemprego e queda de 50% nas ações, com reservas no caso do Morgan Stanley, que tem prazo de seis meses para corrigir suas falhas.

Turquia/ Em busca de novos amigos

A aposta de Erdogan na Primavera Árabe deu muito errado

A Turquia quis liderar um bloco de nações muçulmanas moderadas, mas a derrota da Primavera Árabe no Egito e na Líbia a isolou e seu apoio aos rebeldes sírios agravou seu conflito com a minoria curda e enredou seu governo em relações perigosas com o Estado Islâmico.

Ao fechar a fronteira aos militantes, petróleo e armas do "Califado" por pressão ocidental e russa, a Turquia tornou-se alvo de seus atentados, caso, provavelmente, do ataque suicida da

terça-feira 28 ao aeroporto de Istambul, que deixou 43 mortos e 239 feridos.

Recep Tayyip Erdogan busca hoje novas alianças. Na segunda-feira 27 anunciou a reconciliação com Israel, com o qual romperá em 2010 pelo ataque à flotilha de ajuda para Gaza. Também pediu desculpas à Rússia por ter derrubado um dos seus caças na Síria, em novembro de 2015, e o Kremlin reabriu negociações comerciais. Começa a surgir um bloco de governos nacionalistas conservadores, marcados pela desconfiança ante o Ocidente.

Venezuela/ MAIS TENSÃO

OPOSIÇÃO VALIDA ASSINATURAS E GOVERNO AMEAÇA DISSOLVER O LEGISLATIVO

Na sexta-feira 24, a oposição afirmou ter validado 409 mil dos 2,5 milhões de assinaturas que inicialmente disse ter coletado pelo referendo do revocatório do mandato de Nicolás Maduro, mais que o dobro dos 195 mil necessários. O Poder Eleitoral tem agora 20 dias para confirmar a validação e autorizar a próxima fase, que consiste na

coleta de 3,9 milhões de assinaturas necessárias para a convocação do referendo propriamente dito.

Enquanto isso, apesar da abertura de diálogo com os Estados Unidos, continua a escalada de ameaças. A frente chavista Grande Polo Patriótico anunciou, na terça-feira 28, o início de um período de consultas para

avaliar se pede ao Supremo Tribunal a dissolução da Assembleia Nacional, onde está em minoria, por "violação da Constituição, traição, abuso de poder e usurpação de funções". O Supremo tem se mostrado fiel ao chavismo, que nomeou seus integrantes, mas tal decisão estaria claramente fora de suas atribuições constitucionais.



A oposição, ansiosa pelo referendo



GABRIELA KOROSY/CÂMARA DOS DEPUTADOS, FÁBIO RODRIGUES POZZEBOMI/ABR, OZAN KOSE/AFP, TORBEN ANDAH/IAFF, FEDERICO PARRA/IAFF E MARCIO RIBEIRO/ABRIL PHOTO PRESS/IAFF

